

A Constituição da Geopolítica na Bacia do Pacífico Sul

Wendell Teles Lima¹

Resumo

Este artigo analisa o denominado sistema geográfico do Pacífico pelos geopolíticos clássicos brasileiros, onde determinavam o antagonismo entre as bacias marítimas do Pacífico e do Atlântico. As considerações começam pela hegemonia da Bacia Atlântica, em função da hegemonia americana e das ações subimperialistas de Argentina e Brasil no continente Sul-Americano. Entretanto, o movimento de reforço do papel subalterno da costa ocidental americana, com a emergência de novos polos de poder e de dinamismo econômico, põe a vertente do Pacífico e novas formas de arranjos geopolíticos na região, o que incide diretamente na ação geopolítica brasileira e sua compreensão do papel do Pacífico Sul.

Palavras-chave: Geopolítica; Bacia do Pacífico; Brasil.

Resumen

En este artículo se analiza el sistema geográfico diseñado por los clásicos geopolíticos brasileños, lo que determinó el antagonismo entre las cuencas marinas del Pacífico y el Atlántico. Las consideraciones comienzan de la hegemonía de la cuenca del Atlántico, de acuerdo con las acciones de hegemonía estadounidenses y de subimperialismo de Argentina y Brasil en el continente sudamericano. Sin embargo, el movimiento para fortalecer el papel subordinado de la costa oeste de América, con el surgimiento de nuevos centros de poder y el dinamismo económico, pone el brazo del Pacífico y las nuevas formas de acuerdos geopolíticos en la región, lo que afecta directamente a la acción geopolítica brasileña y su comprensión del papel del Pacífico Sur

Palabras clave: Geopolítica, la Cuenca del Pacífico, Brasil.

Introdução

A Bacia do Pacífico é parte integrante do sistema geográfico estrutural do continente americano. Esse sistema é colocado pelos historiadores como fonte de povoamento da América do Sul, e suas particularidades a enquadram como um complexo geográfico separado da Bacia Atlântica pelos Andes. Este é a fronteira natural desses dois sistemas, que condiciona o processo histórico na constituição de movimentos centrípetos no comportamento dos Estados dentro dos sistemas geográficos, e que foram estudados pelos geopolíticos clássicos Mário Travassos e Golbery Couto e Silva, diante das pretensões brasileiras no continente.

¹ Doutor em Geografia. Docente do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - Universidade do Estado do Amazonas. Contato: wendelltelesdelima@gmail.com

O sistema do Pacífico tem ganho crescente importância em função dos fluxos econômicos e do papel dos Estados na produção desse espaço geográfico, como é caso da China. Esse novo espaço econômico tem grande repercussão não só nos países que compõem essa vertente, mas também em áreas adjacentes como é caso do território brasileiro.

O Brasil representa no conjunto da América do Sul um importante país de atuação geopolítica, em termos históricos e em suas atuais pretensões. Assim, é necessário fazer uma análise do comportamento dos principais atores regionais tendo em vista o dinamismo da vertente do Pacífico.

A Origem da Constituição das Relações Econômicas na Bacia do Pacífico

O dinamismo da circulação de informações, atividades financeiras e mercadorias tem como tendência mundial a Bacia do Pacífico Norte. A formação desse fenômeno está relacionada à constituição da economia japonesa após a Segunda Guerra Mundial, através do processo de reconstrução fomentada pelos Estados Unidos.

O Japão teve seu grande auge econômico nos anos de 1980, o que influenciou de forma direta os demais países em seu entorno. Apesar do bem sucedido desenvolvimento japonês, suas pretensões geopolíticas ficaram podadas em função do controle Norte-Americano, além da falta de visão estratégica dos governantes nipônicos e de problemas com os países do Pacífico, como a China e as Coreias do Norte e do Sul.

O desenvolvimento dos Tigres Asiáticos nos anos de 1970, além do crescimento da China, Estados Unidos e Europa, repercutiram na economia japonesa, exigindo a reorganização produtiva nipônica e levando o país à retração econômica.

Os Tigres Asiáticos despontaram pela estratégia de inserção econômica e competitiva através de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), voltadas diretamente ao mercado internacional, sob a égide da economia flexível. Esse grupo é constituído por Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan e Hong Kong, que se tornaram atrativos para o capital internacional. O chamariz desse processo é assentado por variáveis como mão-de-obra barata e disciplinada (pequena atuação de centrais sindicais e, elevadas jornadas de trabalho), e de políticas governamentais de atração de empresas transnacionais, de isenção fiscal, de incentivo às exportações e de leis ambientais permissivas.

No final dos anos de 1970 a Bacia do Pacífico vê a ascensão da China, através das modificações promovidas pelo Partido Comunista, que, criou um país de sistema socialista com economia de mercado. A alavancada sínica ocorreu através da abertura

para capitais estrangeiros, sobretudo nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE's). Pode-se colocar como fatores de base para seu desenvolvimento todos aqueles elementos presentes nos Tigres Asiáticos (mão-de-obra barata disciplinada e políticas governamentais atrativas do grande capital), além do amplo mercado consumidor (não de todo explorado), de grandes reservas naturais importantes para o processo de industrialização, e da necessidade de ampla infraestrutura (exigindo investimento de grandes capitais).

A ausência do papel geopolítico que constitui o novo Japão parece não aparecer na China. Seus dirigentes resgatam a formação do território chinês pela incorporação de territórios, e a curta fase de dependência em relação à União Soviética (Guerra Fria) parece algo que nunca ocorreu.

Na contemporaneidade, o incremento dos fluxos financeiros e comerciais dos Estados Unidos e Europa ocorrem em direção à China (Zona do Pacífico). As pretensões econômicas dos chineses estendem-se em direção ao continente africano, onde aparece como principal investidora, e viabiliza novas formas de aproximação das economias do continente sul-americano aos da Bacia do Pacífico Sul.

As relações econômicas, a intensificação e dinamização na costa ocidental sul-americana ocorre em função do poder de atração econômico desse país, ressalta-se que as ações chinesas não estão restritas apenas à economia. A ampliação da capacidade bélica chinesa e os investimentos pelo mundo, principalmente visando o controle de várias reservas de recursos naturais, levam a China a ser a principal rival dos Estados Unidos, o que resulta na luta pelas pretensões hegemônicas mundiais. Alguns analistas afirmam que está em curso a substituição de poder mundial de forma gradual, em função do desaquecimento da economia Norte-Americana e a diminuição de seu protagonismo na forma de investimentos maciços em outros países e na forma de poder de persuasão. A maior presença da China no mundo força a constituição de uma nova ordem mundial.

O resultado variado dessas ações reflete na forma de organização do mundo, e constitui novas formas de organização através do processo de regionalismo e no redirecionamento de novas estratégias geopolíticas. Esse é o caso da constituição de novos sistemas geoeconômicos, que não deixam de ser estratégicos para os Estados-nacionais.

A América do Sul diante das Geoestratégias Mundiais

A nova ordem multipolar representa uma mudança no poder mundial, e representou a abertura das economias latino-americanas ocorridas em função da ideologia neoliberal. Ressalta-se que este modelo foi gradualmente diferenciado em cada país, em função de fatores particulares dados pelas condições sociais, econômicas e forma de organização do Estado, ou seja, pela estratégia adotada por cada país. Esse fato é importante para entendermos as tendências atuais na América do Sul em relação a adoção de determinados modelos geopolíticos.

O antagonismo levantado pelo geopolítico Mário Travassos, em 1930, no seu livro *Projeção Continental do Brasil*, remete à dualidade entre dois sistemas externos oceânicos - o Atlântico e o Pacífico -, que determina alianças e estratégias diferenciadas pela disputa hegemônica no continente sul-americano.

A separação dessas bacias oceânicas ocorre através da Cordilheira Andina, de forma que a grande Costa Pacífica foi desprezada por teóricos clássicos da geopolítica brasileira, como o General Golbery Couto Silva, em razão da localização geográfica do Brasil no Atlântico e da importância desta bacia no momento vivido por ele, a Guerra Fria. Mas o dinamismo dos fluxos econômicos e a ascensão de novos polos no Pacífico remetem à importância geopolítica dessa bacia no presente.

No continente americano, seu histórico ostracismo isolacionista começa a mudar em função das políticas neoliberais adotadas por esses países, com maior intensidade no Chile e Peru, justamente dois países do sistema do Pacífico, seguidos pela Colômbia.

As contendas territoriais ainda persistem nesse sistema, abalado por ações de governos nacionalista na Bolívia e Equador, que estão menos integrados aos fluxos econômicos por motivos diversos. A primeira por ser um país de soldadura continental, que oscila dentro de dois sistemas continentais: Atlântico e Pacífico, que refletem diretamente na própria organização interna do país, constituída por disputas internas classistas. O segundo, ainda gerido por sérios problemas internos, ligados também a fraqueza institucional, que dificulta seus planos políticos no continente.

Em contrapartida, a Aliança do Pacífico formada por Chile, Peru, Colômbia e México, tem como foco o processo de incremento comercial na Bacia do Pacífico, especialmente com os países Asiáticos e a China. Instituído em junho de 2012, na Cidade de Antofagasta, no Chile; em 2013, ocorre sua ampliação em reunião na Cidade de Cali, na Colômbia, através da adesão plena da Costa Rica, que passou a ser parte componente dessa organização.

O sistema geográfico do Pacífico, além de constituir uma nova realidade para esse conjunto de países, resulta na reorganização do continente, envolvendo países e áreas ainda em processo de satelitização, o que determina novas formas de direcionamento das políticas territoriais numa nova marcha ao oeste. A respeito da importância da vertente do Pacífico Sul, parece que alguns geopolíticos clássicos em sua própria marcha para o oeste, desprezaram sua importância estratégica, como observado nas colocações de Mello (1997), onde analisa o pensamento golberiano. Com efeito, a marcha para o oeste sinalizada pelo Brasil tinha seus limites da área de soldadura.

Os melhores indicadores sociais e econômicos em relação aos demais países do continente, enquadram o Chile como país importante no jogo geopolítico²:

Essa “perspectiva brasileira do mundo”, centrada no ecúmeno do país, reproduz um continente sul-americano voltado frontalmente – cara a cara – para massas terrestres do hemisfério oriental, tendo suas costas a gigantesca vastidão do oceano Pacífico. Subjacente a essa perspectiva está uma valorização máxima da vertente atlântica do continente e, em particular, das costas brasileiras no Atlântico Sul, em detrimento da vertente pacífica sul-americana. (MELLO, 1997, p. 114-115).

O Chile aparece em análises posteriores como um país que não poderia ser desprezado no continente, como mostra a teoria do “escudo” de proteção proposta pelo norte-americano Nicolas Spkyman (*apud* Costa, 2008), no contexto da bipolaridade mundial. Ele acrescenta a importância de Argentina, Brasil e Chile na proteção dos interesses Norte-Americanos:

Considerando os interesses estratégicos dos Estados Unidos na região, observa, a ofensiva para um estreitamento de relações que passa antes de tudo pelo chamado A.B.C. Além da importância geopolítica dos três países no continente (ele detecta também ações “subimperialistas” argentinas e chilenas junto aos seus vizinhos), lembra que esses países, tradicionalmente, sempre estiveram mais fortemente ligados à Europa, especialmente em seu comércio exterior, e funcionam como área de inversão de capitais (ingleses, principalmente). Seria necessário, ele sugere, que o governo norte-americano usasse todos os meios disponíveis de persuadir as “repúblicas irmãs” latino-americanas a enviarem com exclusividade aos Estados Unidos os seus produtos, em vez de exportá-los preferencialmente para a Europa. Com isso seria constituído um mercado único no Novo Mundo, o que ele chama de “cooperação econômica pan-americana”, bem como um único sistema de defesa. (COSTA, 2010, p.19).

²Aparecem algumas dificuldades postas nesse jogo, que estão diretamente ligadas a sua própria autossuficiência, resultado de um território com pouca quantidade de recursos naturais. Ressalta-se que isso não foi obstáculo ao grande sucesso de países como o Japão e os Tigres Asiáticos.

A necessidade de uma política agressiva requer uma estratégia voltada a um ideário geopolítico, que sirva como propósito à obtenção de uma posição de destaque no cenário internacional, que leve não só em consideração a inserção econômica no sistema mundial, mas também os cenários geopolíticos para essa construção. No caso brasileiro, esse cenário geopolítico envolve o subcontinente sul-americano e a cooperação entre seus vizinhos, o que o Chile começa a fazer na constituição da Aliança do Pacífico. Quando os críticos brasileiros analisam essa nova unidade geoeconômica apenas pela dimensão comercial, não estarão repetindo o desprezo por esse sistema geográfico como foi feito por Travassos (1947), quando sobrecarregou suas análises centradas somente nos sistemas geográficos internos?!

Em resumo, na vertente atlântica imensa superfície de contato com os mais passantes centros de civilização mundial, vias de penetração naturais estendendo-se do oceano às próprias fraldas andinas, mentalidade agrícola, tendências dinâmicas; na vertente pacífica, isolamento marítimo relativo, produção e comunicações que aconchegam características montanhosas, mentalidade mineira, tendências estáticas. Recapitemos o formidável cumeadas dos Andes, porque da maneira de ser da oposição entre as vertentes andinas pode-se concluir da influencia decisiva da vertente atlântica sobre a vertente pacífica, da sorte de sucção econômica que o sistema hidrográfico daquela, acionada como se encontra pelas correntes de transportes marítimos mais importantes do globo, há de exercer sobre essa. (TRAVASSOS, 1947, p. 71-72).

Parece existir uma grande recusa de boa parte dessas análises em reconhecer a importância dos países da vertente ocidental, fato que pode ser relacionado ao predomínio das análises centradas na vertente atlântica. Essa linha tem grande encantamento pelos processos globais, e leva à naturalização da ordem vigente e de todo o jogo político constituído na arena internacional. Vesentini (2007) parece tender para a ideia de que a geopolítica é inexistente na atualidade, e, que a questão do poder é hoje determinada pela geoeconomia:

Dado lo anterior, ¿existe una "nueva" geopolítica brasileña, con nuevos supuestos, con nuevas ideas, en fin una nueva escuela con una nueva cosecha de buenos geopolíticos? Mi respuesta es negativa. En el mundo político y gubernamental existe escepticismo en relación con el tema. Las ideas geopolíticas fueron criticadas radicalmente durante décadas por todos los espectros de la izquierda que ahora está en el poder y que nunca tuvo y tampoco tiene en la actualidad un proyecto viable o realista para el futuro del país. Tuvo sí el sueño de que combatir el capitalismo sería suficiente para garantizar la construcción de una sociedad igualitaria

y no dependiente pero pensando siempre en términos de lucha de clases o de sistemas socioeconómicos, pero nunca en términos de relaciones internacionales o del papel de Brasil en el mundo. Ese es el origen del escepticismo y de la falta de un proyecto para el siglo XXI. En relación con el mundo académico, existe una multiplicación de estudios sobre geopolítica – o de geografía política, relaciones internacionales, ciencia política con énfasis en el espacio y en papel de Brasil en el mundo, etc. Pero una buena parte de ellos son históricos (cuyo propósito es documentar históricamente o analizar la geopolítica brasileña, pero no recrearla) por lo que no existe un proyecto de reordenamiento político-espacial para el país. La escuela de geopolítica brasileña se convirtió en una fuente de investigación pero en rigor ella propiamente tal (la escuela) no existe en la actualidad. Tal vez surja una "nueva escuela geopolítica" – o de geoconomía –, como dicen algunos, que reconstruya un proyecto para Brasil, pero hasta el momento, desde 1980 a 2007, lo que existe son estudios en general aislados, que poco dialogan entre sí y que se dedican a analizar tal o cual idea o propuesta de acción o que comparan tal o cual autor pero en donde ambas carecen del carácter genérico, sello del pragmatismo de la "vieja" geopolítica. (VESENTINI, 2007, p. 6).

Essa visão não corresponde aos fatos, onde as dinâmicas globais e regionais origina-se na perspectiva geopolítica. A caracterização desse fato ocorre com o Peru, país que age de forma ativa no conjunto do continente, com uma base econômica dinâmica. A ação peruana não está relacionada apenas à economia, mas pelas riquezas de seu território, como a exploração do Petróleo em sua Amazônia, e pela própria projeção estratégica em direção ao leste do continente.

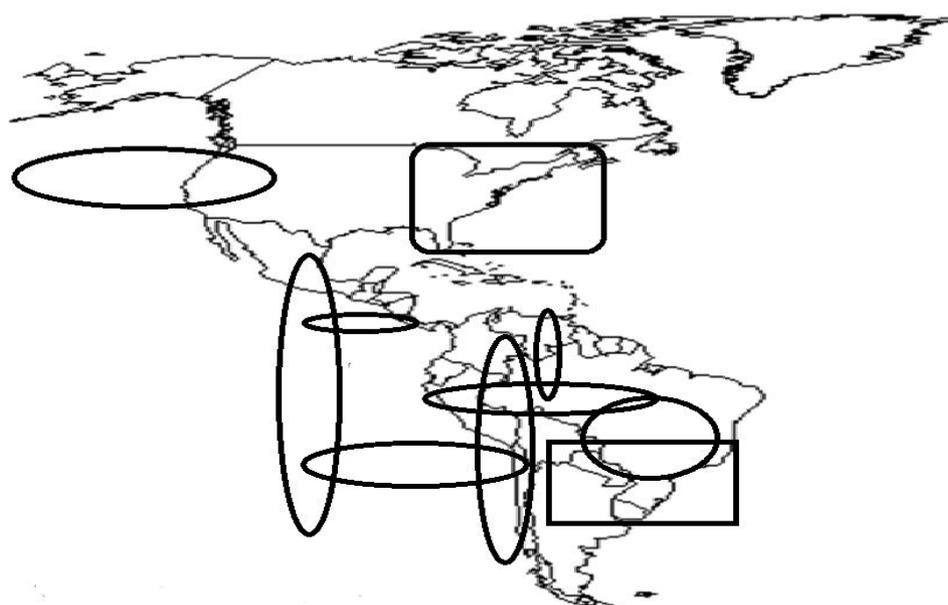
No contexto da Aliança do Pacífico, o futuro do Peru pode ser promissor, maior do que do Chile, em função de seus recursos estratégicos e da convicção da necessidade de uma projeção geopolítica própria, adotada em direção ao aumento de sua influência no subcontinente e, ao mesmo tempo, sua inserção econômica mundial.

Caracterizar a Colômbia diante de sua posição geográfica, traz um interessante cenário de encontro de forças geográficas determinadas, segundo Travassos (1930), pelo Atlântico e Pacífico, além da influência Norte-Americana diante do interesse na Bacia Caribenha. A presença dos Estados Unidos aparece como uma constante na história do país, em função das rotas de controle com o objetivo de neutralizar as ações de Peru, Brasil, Chile e Argentina. A Colômbia é o grande enclave dos interesses norte-americanos no continente, e sua entrada na Aliança do Pacífico atua como campo de força entre Chile e Peru, para neutralizar suas ações no continente e manutenção dos interesses dos Estados Unidos.

No caso mexicano, apesar do desinteresse na projeção geopolítica autônoma em função da dependência direta aos Estados Unidos, é preciso considerar sua vocação

natural na Bacia Caribenha, que passa a ser ameaçada pelos interesses brasileiros. Assim, ainda floresce seu espírito geopolítico como na tentativa de neutralização das intenções brasileiras no cenário internacional. Por outro lado, a observação que se faz ao México é que ele entra numa trajetória descendente, que dificulta completamente a continuação de sua estratégia geopolítica, diante dos problemas internos e aumento da influência Norte-Americana, que reflete diretamente em suas decisões.

FIGURA 01: Tendências Geopolíticas no Continente Americano



Legenda

- Países Polarizados e Áreas com Tendências a Integrasse a Bacia do Pacífico
- Países Polarizados e Áreas com Tendências Centrífguas e Constantes Choques de Interesses
- Países com Atuações (Ambi) Polivalentes em Linhas de Frentes no Mundo

FONTE: chiclayoonline.com (Adaptado pelo Autor).

Na quadro em formação no continente sul-americano, temos países do Pacífico com tendência a serem integrados a essa bacia, onde há grande presença chinesa. A tendência é o acirramento da disputa entre Chile e Peru. As pretensões brasileiras estão presentes diante dos nudos e passos encravados na Cordilheira Andina, via Amazônia. Essa região é essencial para a concretização desse ideal, em razão de suas zonas de

intersecção com a economia central brasileira, que podem estimular e aumentar o peso do Brasil nesse cenário.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) tem como tendência a ampliação das forças centrífugas, resultado das disputas entre Argentina e Brasil. Inclusive a entrada da Venezuela no bloco aumenta essa tendência, sobretudo pelos países de menor peso econômico como Paraguai e Uruguai, considerados como países pendulares em função do próprio processo histórico de sua constituição na região. Existem tendências desintegradoras na região ocorridas pela própria constituição desse sistema geográfico, somente não ocorrido em razão das pretensões geopolíticas argentinas ainda estarem paralisadas diante dos problemas internos, mas que podem ser resolvidas a médio e longo prazos.

No caso brasileiro, sua atuação é constituída por diferentes frentes, que devem ser incrementadas diante das políticas adotadas no cenário internacional. Vitte (2009) cita Monié, colocando da seguinte forma a retomada da geopolítica do Brasil:

Já para Frédéric Monié (2003), duas dinâmicas específicas incentivaram a elaboração de novas orientações do desenvolvimento territorial nos anos de 1990 no Brasil após um década de inércia nessa questão. Primeiramente, o esgotamento do modelo-nacional desenvolvimentista e o discurso estatal de inserção competitiva do país na globalização trouxeram à cena a necessidade de adaptar a estrutura de circulação às novas demandas da economia internacional. Um segundo elemento foi o aumento de perspectiva favoráveis pela criação do Mercosul e ambição brasileira de se posicionar como potência regional na América do Sul. Havia um ambiente de tendências integracionistas evidentes para novas articulações produtivas e geopolíticas no subcontinente. (VITTE, 2009, p. 201).

Esse redespertar geopolítico é ambivalente e, segue os passos de outros países como o Peru, com políticas mais concretas em direção a suas pretensões geopolíticas no cenário sul-americano e mundial.

A Visão Brasileira e o Campo de Atuação Geopolítica

A ampliação dos processos de integração regional ocorre com o fim do mundo bipolar, resultando na multipolarização mundial, resultado das múltiplas ações geopolíticas.

Nessa perspectiva há a constituição do Mercosul, desde 1991, com o objetivo de ampliação e integração dos interesses brasileiros por meio de um projeto integracionista.

O objetivo é fortalecer os países componentes, que têm grandes dificuldades de coesão em função das ações centrífugas ainda remanescentes nesses países.

Nos anos 90, reinicia-se as políticas de planejamento territorial, que, por sua vez, remetem à projeção do Brasil no contexto regional e mundial. Diante dessa nova realidade internacional, é constituído no gabinete estratégico da Presidência da República, por Elizer Batista, um Projeto de Integração Regional em parceria com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), com a constituição de grandes territórios transnacionais, que tem como objetivo a integração física, a exploração das riquezas naturais, a consolidação de cadeias produtivas e a redução de custos. O caráter geopolítico do Estado brasileiro está em cooptar novas áreas para a ampliação dos seus interesses, e visar sua projeção mundial em direção ao Pacífico e a Bacia Caribenha.

Numa conjuntura interna há a constituição dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID's), que tem como finalidade projetar o território brasileiro diante de suas necessidades geopolíticas, na sua área de atuação, que é o continente sul-americano. Esses grandes territórios internos seguem o mesmo traçado dos caminhos estabelecidos pelos geopolíticos clássicos brasileiros em direção aos países limítrofes, com a intenção de projetar o país mundialmente.

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), concretizada em 2000, ocorre por inúmeras nuances, onde o caminho é complexo, em função da própria capacidade de financiamento e do comprometimento dos países que a compõem:

Com a implementação dos projetos, a questão que se torna relevante é quanto ao impacto desses projetos no desenvolvimento regional. Assim, os países acordaram em realizar uma segunda etapa no processo de planejamento, após a conclusão do processo de construção da visão estratégica sul-americana. O objetivo seria melhorar a qualidade do processo de planejamento aplicado na seleção dos 31 projetos, com ações específicas em Avaliação Ambiental Estratégica e análise da integração das cadeias produtivas e da logística.

Em realidade, o propósito passa por assegurar que os projetos não se convertam em grandes corredores de exportação, mas que possam gerar desenvolvimento nas suas áreas de influência. Antes mesmo de se concretizar uma ligação interoceânica por meio da integração das infra-estruturas na América do Sul, focaliza-se a importância que esses projetos podem ter no estímulo ao desenvolvimento do interior do continente que, longe da costa, está pouco conectado aos fluxos regionais. Os trabalhos referentes à harmonização dos marcos regulatórios não vinham

avançando satisfatoriamente. Com isso, os países acordaram em limitar seu escopo. Ao invés de tentar promover a harmonização regulatória entre todos os participantes da iniciativa, assenta-se sobre problemas concretos oriundos do tratamento específicos dos projetos e dos eixos de integração e desenvolvimento.

Atenção especial deve ser dada à questão do financiamento dos projetos. A viabilização dos investimentos continua sendo o principal gargalo a ser enfrentado pela iniciativa, que busca mecanismos financeiros inovadores, a serem aplicados prioritariamente nos projetos que compõem a carteira consensuada. Por fim, os países acordaram em promover, a partir de 2006, um processo de ampla divulgação da iniciativa. Em primeiro lugar, isso reflete o interesse dos governos em atrair o setor empresarial para os projetos da IIRSA, sendo assim mais uma forma de tentar viabilizar a implantação de alguns projetos, a partir do interesse da iniciativa privada. De outra parte, ao pretender “gerar mecanismos de participação direta dos setores produtivo, empresarial e social no processo de planejamento e na identificação das cadeias produtivas integradas ou complementares entre os países”²³, os países também respondem aos anseios da sociedade civil organizada em ter uma participação mais efetiva na iniciativa. (COUTO, 2008, p. 16-17).

O Peru sem dúvida é um país de grande importância para a geoestratégia brasileira, em função de sua localização e dinamismo econômico. A constatação disso ocorre em função dos projetos executados, e da existência de um interesse geopolítico estratégico peruano que necessita da cooperação brasileira. Fenzl e Silva (2012), já demonstram a importância do Peru nas estratégias geopolíticas do continente, diante da construção da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana:

Neste Contexto a importância da Amazônia para as economias dos países amazônicos e do mundo torna a região alvo importante da iniciativa de Integração e Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA). Assim, não é por acaso que os diferentes eixos de integração da IIRSA, quatro (4) atingem diretamente a Amazônia: o eixo Andino, eixo das Guianas, eixo Amazônico e o eixo Peru-Brasil-Bolívia. (FENZL e SILVA, 2012, p.111).

No processo de neutralização das ambições e desconfianças dos países vizinhos, o projeto da IIRSA foi colocado na conjuntura da União Sul-Americana de Nações (UNASUL), que tem como objetivo democratizar e, ao mesmo tempo, estimular as iniciativas. É necessário a articulação sábia da diplomacia brasileira, que em períodos passados demonstrou-se muito eficiente, mas que na conjuntura atual mostra-se problemática em torno das questões relacionadas ao continente, como nas questões ocorridas na Bolívia e no Paraguai.

FIGURA 02: Iniciativas Brasileiras em direção ao Peru

FONTE: chiclayoonline.com (Adaptado pelo autor).

A atuação brasileira ocorre através de frentes em direção ao território peruano, e buscam uma saída para o Pacífico, o que deve incrementar a importância desse sistema geográfico. Caso isso ocorra, o reforço das tendências internas em direção ao oeste e noroeste brasileiro devem concretizar novas marchas, na conquista de novos espaços, de acordo com as ambições brasileiras, no cenário internacional.

Considerações finais

A inserção na economia mundial ocorre em função das projeções geopolíticas direcionadas ao espaço geográfico, e tem como protagonista principal, na atualidade, a China, que é a fonte de poder e atração na Bacia do Pacífico. As velhas potências mundiais direcionam sua atuação em direção a esse sistema geográfico, como é caso dos Estados Unidos, diante do dinamismo de sua costa ocidental, e mesmo a atlântica Europa procura intensificar suas ações em direção a esse sistema.

Os impactos reverberam por todo o sistema mundial, e isto exige a ação dos Estados Nacionais, onde estão presentes os países sul-americanos dessa vertente e de suas áreas adjacentes. A constituição de novas ações geopolíticas no subcontinente ocorre através de novos atores nacionais, como por exemplo, Chile e Peru.

Nessa perspectiva, ocorre uma nova movimentação brasileira em direção a essa região, por dois motivos: um está embasado na disputa e neutralização das ações e ambições subimperialista chilenas e peruanas; o outro relacionado à emergência e ambição do Brasil em destacar-se como um importante centro de poder no Hemisfério Sul.

Referências

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

COUTO, Leandro Freitas. **A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sulamericana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul**. OIKOS – Revista de Economia Heterodoxa. Vol. 1, n. 05. 2006.

FENZL, Nobert; SILVA, Mayane Bento. “A IIRSA e o caso da Hidrelétrica de Belo-Monte/Brasil”. In: FRANCO, Fernando. **Megaprojetos: La Amazonia em la Encrucijada**. Letícia: Editora Universidade Nacional da Colômbia, 2012. p. 111.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida Mello. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia, 1947.

VESENTINI, José William. **La Crisis de la Geopolítica Brasileira tradicional. ¿Existe Hoy Una Nueva Geopolítica Brasileira?**. Academia Nacional de Estudios y Estratégicos , n. 108. 2007.

VITTE. Claudete de Castro Silva. “ Desenvolvimento, Planejamento Territorial e Integração Transnacional: Os Antecedentes a Gênese e a Consolidação da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana – IIRSA”. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir. **Amazônia no Cenário Sul-Americano**. Manaus: EDUA, 2009. p. 201.

Recebido em Setembro de 2013.

Publicado em Junho de 2014.